

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.365 - SP (2019/0066317-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS** : **ERMELINDA BISELLI MONTEIRO - SP065972**  
                  **MÁRCIO MORANO REGGIANI E OUTRO(S) - SP212392**  
**RECORRIDO** : **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**  
**ADVOGADOS** : **MARIA CANDIDA MARTINS ALPONTI E OUTRO(S) -**  
                  **SP190058**  
                  **JORGE ALVES DIAS - SP127814**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS. ACÓRDÃO RECORRIDO BASEADO NO EXAME DA LEGISLAÇÃO LOCAL. ÓBICE DA SÚMULA 280/STF. RECURSO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região cuja ementa é a seguinte:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIO. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS. ISENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

- O desenvolvimento da atividade econômica em sentido estrito pelo Estado, o que ocorre em situação de excepcionalidade, rege-se pelo regime próprio das empresas privadas, ao passo que a prestação de serviços, ainda que realizada por meio da administração indireta, se submete ao regime jurídico de direito público.

- A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é empresa pública criada pelo Decreto-Lei nº 509/69 e regulada pela Lei nº 6.538/78, destinada à prestação do serviço postal, de competência da União, consoante previsão do artigo 21, inciso X, da Constituição. No desenvolvimento dessa atividade, considerada *serviço público por definição constitucional*, é alcançada pela imunidade recíproca (*in* Grau, Eros Roberto, A ordem econômica na Constituição de 1988, 13ª Edição, São Paulo: Ed. Malheiros, 2008, p. 124).

- As empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades estatais que prestem serviço público podem gozar de privilégios fiscais, ainda que não extensivos a empresas privadas prestadoras de serviço público em regime de concessão ou permissão (ACO 765 00, Rel. p/ Acórdão: Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, j. 01.06.2005).

- Demonstrada a qualidade de empresa prestadora de serviços públicos é aplicável à ECT a isenção prevista às entidades públicas no artigo 4º, inciso III, da Lei Municipal nº 9.806/84 (5º, inciso VIII, da Lei Municipal nº 13.747/02), sem qualquer violação ao disposto no artigo 111 do CTN.

- Devido à reforma da sentença, é de rigor a reversão da sucumbência, para condenar a União ao pagamento dos honorários advocatícios.
- Apelação provida.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, o recorrente alega violação ao art. 111, II, do CTN, asseverando que: a) "a norma concessiva de isenção deve ser interpretada literalmente" (fl. 161); b) "a TFA não incide quanto aos anúncios destinados exclusivamente, à orientação do público, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário", o que não se aplica à recorrida, que não se reveste de condição de entidade pública (fl. 164); e c) "houve a concessão de isenção de tributo à EBCT sem a devida previsão legal" (fl. 164).

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não provimento do recurso.

O recurso foi admitido pela decisão de fls. 169/170.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Observa-se que o Tribunal de origem deu provimento ao apelo interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (ora recorrida) para fins de reconhecer a isenção desta empresa pública em relação à Taxa de Fiscalização de Anúncio de que trata o art. 4º, III, da Lei Municipal nº 9.806/84 (art. 5º, VIII, da Lei Municipal nº 13.474/02), extinguindo, em consequência, a execução fiscal ajuizada em seu desfavor.

Ao fazer o enquadramento da recorrida às hipóteses que autorizam o deferimento da isenção, de molde a eximi-la da incidência da aludida taxa, verifica-se que o acórdão recorrido fundamentou-se na legislação municipal.

Desta forma, em que pese o recorrente tenha indicado dispositivo de lei federal como contrariado, cumpre ressaltar que não cabe o exame de tese recursal que demande a interpretação de lei local, como na hipótese em apreço, em razão do óbice contido na Súmula 280/STF.

Nesse sentido, confira-se:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES SOBRE ICMS PAGO EM ATRASO. LEI ESTADUAL 13.918/2009. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.

1. O Tribunal de origem, ao examinar a matéria, fundamentou-se na Lei Estadual 13.918/2009. Incabível, pois, a análise do Recurso Especial ante a incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

2. "A pretensão da recorrente envolve disposições de lei local contestada em face de lei federal, matéria de cunho eminentemente constitucional, nos termos da EC 45/2004" (AgInt no AREsp 1.105.881/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 21.3.2018).

3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1779222/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA

TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

Diante do exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

